

Apresentação.....	5
A ADMISSIBILIDADE DOS EMBARGOS DE DIVERGÊNCIA Guilherme Pizzotti, Rodrigo Tannuri e Matheus Sanches	7
ARRECAÇÃO TRIBUTÁRIA MUNICIPAL EM TEMPOS DE CRISE – POSSIBILIDADES Isabella Vieira do Nascimento e Maira Neurauter	22
DIREITOS DO TITULAR DOS DADOS NO PODER PÚBLICO: ANÁLISE DA PORTABILIDADE DE DADOS Daniela Copetti Cravo	51
ESPACIALIZAÇÃO DA OFERTA TURÍSTICA EM SÃO PAULO: REFLEXÕES SOBRE O MOVIMENTO ECONÔMICO E EFEITOS NO APAGAMENTO DO PATRIMÔNIO CULTURAL DA CIDADE Reinaldo Miranda de Sá Teles e Victor Aquino Gomes Correa.....	62
IPTU E A PEC 110/2019 (REFORMA TRIBUTÁRIA): TEORIA, PRÁTICA, INSENSATEZ E RETROCESSO Claudia M. De Cesare, Cintia Estefania Fernandes, Gelson Santos Oliveira e Pedro Humberto B. Carvalho Junior.....	72
O PATRIMÔNIO INDUSTRIAL DE PORTO ALEGRE/RS Sílvia Eidt Monteiro	94
RESPONSABILIDADE DO ESTADO, DIREITO DE REGRESSO E TEORIA DA DESCONSIDERAÇÃO DA PERSONALIDADE JURÍDICA: CONTRIBUIÇÕES DA DOUTRINA CIVILISTA PARA A CONCRETIZAÇÃO DO ART. 37, § 6º DA CONSTITUIÇÃO Maren Taborda, José Tadeu N. Xavier e Vanderlei S. F. da Rocha.....	114

Apresentação

A Revista da ESDM é conduzida de modo que seja mais um meio de ampliar a qualificação dos profissionais interessados no estudo das questões municipais e atrativa ao meio acadêmico do *stricto sensu*. Nesta linha, apresentamos a edição número onze, que reúne sete artigos, com a presença de autores mestres e doutores, trazendo conteúdos que congregam novas contribuições para o debate sobre: processo civil; arrecadação tributária; proteção de dados pessoais; turismo, espaço urbano e patrimônio histórico cultural; IPTU e imposto sobre o valor da terra; patrimônio industrial; e, por fim, responsabilidade extracontratual do Estado.

Abre a edição o texto “A Admissibilidade dos embargos de divergência”, no qual Guilherme Pizzotti, Rodrigo Tannuri e Matheus Sanches reabrem discussão a respeito da admissibilidade e possibilidade de recurso de embargos de divergência em matéria processual e de admissibilidade de recursos especial e extraordinário.

Isabella Vieira do Nascimento e Maira Neuraüter, em “Arrecadação tributária municipal em tempos de crise – possibilidades”, realizam uma longa pesquisa sobre legislação tributária atual no tocante a questões envolvendo a recente pandemia covid-19. A partir da análise das possibilidades de aplicação de institutos como parcelamento, moratória, transação e dação em pagamento, investigam quais medidas fiscais foram postas em prática pelos municípios brasileiros durante a crise.

O direito à portabilidade de dados pessoais é o assunto abordado por Daniela Copetti Cravo que pesquisa se esse direito pode ser exercido pelo titular dos dados perante o Poder Público, no artigo “Direitos do titular dos dados no poder público: análise da portabilidade de dados”.

Reinaldo Miranda de Sá Teles e Victor Aquino Gomes Correa, no artigo “Espacialização da oferta turística em São Paulo: reflexões sobre o movimento econômico e efeitos no apagamento do patrimônio cultural da cidade”, abordam uma vinculação não óbvia com as políticas públicas municipais ao analisar a distribuição dos elementos que compõem a oferta turística, especialmente na cidade de São Paulo com foco no movimento de eventos, negócios e as características dos espaços de lazer relacionados ao patrimônio histórico cultural da cidade.

Ainda nesta seção, com o texto “IPTU e a PEC 110/2019 (reforma tributária): teoria, prática, insensatez e retrocesso”, Claudia M. De Cesare, Cintia Estefania Fernandes, Gelson Santos Oliveira e Pedro Humberto B. Carvalho Junior realizam a análise do tributo municipal à luz de modificações pretendidas nas normas regais do sistema tributário nacional. É fundamental nesse momento a visão dos autores sobre a PEC 110/2019, sob a ótica do municipalismo.

O estudo acerca da conservação e restauração do patrimônio edificado, com foco nas

edificações de herança industrial, é discutida por Sílvia Eidt Monteiro no artigo “O patrimônio industrial de Porto Alegre/RS”, que traz a temática relevante e atual, com bom levantamento de dados.

Fechando a edição, por meio da comparação de textos normativos brasileiros e obras doutrinárias de juristas nacionais e estrangeiros que trabalham com o tema da reponsabilidade civil do Estado, Maren Taborda, José Tadeu Neves Xavier e Vanderlei Salazar Fagundes da Rocha procuram compreender o que é o direito de regresso como consubstanciado na Constituição, e como pode ser concretizado efetivamente no artigo “Responsabilidade do Estado, Direito de Regresso e Teoria da Desconsideração da Personalidade Jurídica: contribuições da doutrina civilista para a concretização do art. 37, § 6º da Constituição”.

Com a publicação desta edição da Revista da ESDM reiteramos nosso compromisso com a pesquisa e com o desenvolvimento científico, por meio do diálogo e das relações com o campo do Direito Municipal.

Desejamos a todos uma boa leitura.

Cristiane Catarina Fagundes de Oliveira
Diretora Editorial da Revista da ESDM
Procuradora Municipal de Porto Alegre